



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Ata

Reunião Plenária Ordinária Cepct-MG

Data	27/12/2024	Horário	14:00 às 17:00hs
Local	Casa de Direitos Humanos: Avenida Amazonas 558, Centro. Belo Horizonte/MG.		
Pauta	<ol style="list-style-type: none">1) Leitura e aprovação de Atas: reuniões ordinárias de 14/06/2024 e 09/09/2024;2) Deliberação de Certificações - Câmara Técnica de Certificação;3) Situação dos Carroceiros de Belo Horizonte;4) Violação dos direitos povos indígenas Geru Tucunã, aldeia localizada em Açuena;5) Apresentação Mapa de Conflitos da Câmara de Conflitos Socioambientais e Regularização Fundiária.		
Participantes	<p>Membros Governamentais:</p> <p>Clever Alves Machado - Titular - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social - SEDESE;</p> <p>Márcia Isabel Chaves - Titular - Secretaria de Estado de Educação – SEE;</p> <p>Ana Carolina Araújo Grossi - Titular - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social - SEDESE;</p> <p>Sara Michelly Cruz - Suplente - Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – SEMAD;</p> <p>Júlia de Castro Aleixo - Suplente - Instituto de Desenvolvimento do Norte e Nordeste de Minas - IDENE</p> <p>Letícia Araújo Gualter Silva - Titular - Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento – SEAPA;</p> <p>Gustavo de Oliveira Celestino - Suplente -- Fundação Instituto Estadual de Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais - IEPHA;</p> <p>Kelly da Silva - Titular - Universidade do Estado de Minas Gerais – UEMG;</p> <p>Aline Maria Santos da Cruz - Suplente - Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento – SEAPA;</p>		

Membros - Povos e Comunidades Tradicionais:

Giselda Ferreira de Brito -- Titular - Povos Indígenas - XUKURU KARIRI;

Maxwell Moreira Pio - Titular - Carroceiros;

Neli Martins de Souza - Titular - Congadeiros;

Aélcio Freire Vial – Titular - Faiscadores;

Antônio Áureo do Carmo - Suplente - Faiscadores;

Oscarino Aguiar Cordeiro – Titular- Caatingueiros;

Ivanilde Salomé da Silva - Titular - Quilombolas;

Iolanda Barbosa do Nascimento – Titular – Artesãos de Barro e Tecelãs;

Vicentina Bispo de Almeida Corte – Titular- Extrativistas;

Clarindo Pereira dos Santos - Titular - Pescadores Artesanais;

Flanner Fantoni Bergo - Titular - Povos Tradicionais de Matriz Africana

Robson Teixeira da Costa - Titular – Povos Circenses;

Sinval Alves da Silva – Suplente- Vazanteiros;

Convidados permanentes:

Rosana Alexandre dos Santos - Titular - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA;

Ruberval Matos Silva Junior - Suplente - Fundação Nacional dos Povos Indígenas - FUNAI;

Adjanir Silva - Titular - Conselho Estadual de Promoção e Igualdade Racial - CONEPIR;

Vanilza Jacundino Rodrigues - Titular- Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN

Demais participantes:

Gabriela de Brito Santos - Secretária Executiva CEPCT -MG;

Ângela Cristina Alves de Souza - Secretaria Executiva CEPCT -MG;

Marilei Alves- Representante do Shopping da Minhoca-Caetanópolis

Sebastião Lima - Representante dos Carroceiros;

Breno Trindade da Silva - Membro da Câmara Técnica de Conflitos Socioambientais e Regularização Fundiária;

João Alves Pio - Coordenador da Câmara Técnica de Conflitos Socioambientais e Regularização Fundiária;

Maria de Fátima Alves - Membro da Câmara Técnica de Conflitos Socioambientais e Regularização Fundiária;

Emmanuel Duarte Almada - Membro da Câmara Técnica de Conflitos Socioambientais e Regularização Fundiária.

Matheus Gonçalves Leite – Advogado da Federação das Comunidades Quilombolas

É apresentado o primeiro ponto de pauta que refere-se à leitura das atas da Plenária do dia 14/06/2024 e reunião do dia 09/09/2024, esta última, que não obteve quórum. As atas são aprovadas pelos membros. No segundo ponto de pauta são apresentados pedidos de Certidões de Autodefinição aprovados pela CT de Certificações. São elas: segmento Matriz Africana e Povos de Terreiro: 1. Centro religioso de Umbanda de Pai Xangô, de Papagaios; 2. Terreiro de Candomblé N'zo Atim Kimbé Loyá, de Esmeraldas; 3. Terreiro Zanzala Kazembe Kia Mawanju, de Esmeraldas. 4. Tenda Espírita Estrela de Aruanda, de Esmeraldas; 5. Comunidade de Matriz Africana N'zo Mona Kituta Kaledoque, de Ribeirão das Neves; 6. Ilê de Oxum, de Contagem; 7. Comunidade Fraternidade Jesus Amigo, de Esmeraldas; 8. Casa de Caridade, Assistência Social, Educação e Cultura Seara Sete Luzes, de Belo Horizonte; segmento Extrativistas: 9. Shopping da Minhoca, de Caetanópolis; segmento Geraizeiros: 10. Comunidade Tradicional Geraizeira Pindaíba, de Rio Pardo de Minas. **Marilei Alves**, do Shopping da Minhoca, destacou os 121 anos de tradição na extração sustentável do minhocuçu e demais iscas vivas. A comunidade enfrenta os impactos do rompimento da barragem de Brumadinho e busca certificação para reconhecimento e reparação. **Breno Trindade** questionou se "extrativista" seria a categoria mais adequada, argumentando que o termo é genérico e não reflete a complexidade sociocultural apresentada, como os vínculos territoriais, redes de parentesco e saberes tradicionais. Sugeriu a possibilidade de pensar em uma categoria de identificação própria. **Emmanuel Almada** reforçou a necessidade de diferenciar ofício de comunidade, provocando a questão se as atividades, como a coleta de minhocuçu, configuram uma forma de vida comunitária. Ele acrescentou que a ampliação da categoria de comunidades tradicionais é desafiadora, mas essencial para garantir direitos frente a violações e sugeriu criar um espaço específico para aprofundar esse debate. **Maxwell Pio** destaca que a prática de extrair minhocas e minhocuços não é simples e exige técnica, transmitida de geração em geração. **Flaner Fantoni - Mametu Indoloyá** relatou sua vivência em comunidades próximas ao Rio Paraopeba e defendeu que os extratores de minhocuçu não degradam a natureza, mas a preservam, ao contrário das mineradoras. **Marilei Alves** relata como é feita a extração do minhocuçu e das minhocas, afirmando sua complexidade e como é uma atividade que não degrada o meio ambiente. Ela enfatizou que a prática mantém a terra próspera e que os extratores seguem critérios rigorosos, com leis registradas, para fazer parte do Shopping da Minhoca. Certificações são aprovadas pelo Pleno. Prossegue para o próximo ponto de pauta: Situação dos Carroceiros de Belo Horizonte. **Maxwell Pio** pediu à Comissão apoio contra a lei que entrará em vigor em janeiro, alegando que foi criada sem consulta livre, prévia e informada. A lei, descoberta por acaso, ameaça impedir os carroceiros de trabalhar, cuidar de seus animais e manter suas práticas tradicionais. Apesar de já possuírem certificação como comunidade tradicional, enfrentam boicotes da prefeitura e vereadores. Destacou que a comunidade é diversa, com quilombolas, ciganos, pessoas de terreiro e benzedeiros, e que a lei afeta não apenas os carroceiros, mas todas essas tradições. Solicitou intervenção urgente da Comissão e apoio do Ministério Público para barrar a aplicação da lei. **Ya Neli Martins** demonstra apoio aos carroceiros. Relatou uma reunião com um ente político que inicialmente não via os carroceiros como parte do povo tradicional, mas após explicação, reconheceu a questão e prometeu investigar. **Sebastião Lima** agradece o apoio à comunidade carroceira, destacando que, apesar das críticas e falácias de quem não entende seu modo de vida, continuam lutando contra a discriminação e o racismo. Reconhece avanços com o apoio recebido, mas ainda enfrentam agressões e tentativas de interferência. **Emmanuel Almada** afirma para que conste em ata que a Lei citada é a Lei 11.774/2024, que trata de maus-tratos a equinos em BH, que afeta diretamente a comunidade carroceira em BH, embora não a mencione explicitamente e não tenha sido apresentada aos carroceiros. Além disso, Emmanuel cita a Legislação de 2021, que trata da proibição de veículos de tração animal, sugerindo que a Comissão envie ofício à Prefeitura para questionar a Lei 11.774 e a própria Lei que proíbe veículos de tração animal, para buscar soluções para a situação das comunidades. **Ivanilde Salomé** retoma que o Decreto Estadual que dispõe sobre Consulta Livre, Prévia e Informada (CLPI) deve ser revogado. **Matheus Gonçalves Leite** afirma que a Comissão precisa discutir o Decreto, pois há 20 anos o Estado de MG viola o direito à CLPI das

comunidades quilombolas. Destaca que o Decreto esvazia o direito à consulta, já que ninguém foi consultado sobre ele. Critica a estratégia do Estado de assediar as comunidades e tentar conduzir o processo de consulta, desrespeitando o INCRA. Solicita uma moção de repúdio ao governador, à SEINFRA e à SEDESE pela atuação contra as comunidades quilombolas, citando um exemplo de ação da SEDESE onde um estudo sobre componente quilombola foi realizado com pessoas não quilombolas. **Cléver Machado** aponta que a SEDESE não esteve presente no dia 22/12/24, respeitando a recomendação do MP; prossegue para o próximo ponto de pauta: [Violação dos direitos povos indígenas Geru Tucunã](#): a ata da reunião com o MPF, de novembro, destaca insegurança territorial no território indígena, apesar do Decreto 47.573 de 2018, que declarou a área de interesse social para regularização fundiária, a qual ainda não foi concluída após seis anos. Conflitos surgem entre indígenas e posseiros com búfalos e gado, agravados pela monocultura de eucaliptos que prejudica o meio ambiente e o modo de vida indígena. A coexistência entre a Unidade de Conservação e os indígenas resulta em disputas administrativas e judiciais. Apesar das dificuldades, o povo Pataxó tem atuadoativamente no reflorestamento e preservação ambiental. [A proposta é discutir essa situação na Câmara de Conflitos Socioambientais](#). Inicia-se a pauta apresentação do Mapa de Conflitos da Câmara de Conflitos Socioambientais e Regularização Fundiária. **Ruberval Matos** sugere que seja emitido um ofício ao Governo do Estado, solicitando informações sobre as providências adotadas nos últimos seis anos para a regularização fundiária e a atuação dos órgãos estaduais para mitigar os conflitos na área. Foi ressaltado por **Rosana Santos** a respeito da comunidade de Lapinha. A questão envolve a sobreposição com o IEF, no Parque Lagoa do Cajueiro, similar à situação de outras áreas, e o processo de regularização fundiária da comunidade. [Foi sugerido que a Comissão encaminhe uma solicitação ao IEF e à SEDE para esclarecimentos sobre a situação da Lapinha e a regularização fundiária da comunidade](#). **João Pio** menciona a importância da indicação dos membros da Comissão [Dr Helder Magno, Ana Beatriz Mendes, Felícia](#), da UNIMONTES, para verificar aprovação da Mesa para inclusão no grupo e realização dos convites. Relata a falta de resposta sobre uma denúncia de incêndios próximos à comunidade quilombola de Pinhões, que ainda não foi resolvida. Foi sugerido que mais representações de povos tradicionais sejam incluídas na Comissão para fortalecer o trabalho. [Gabriela Brito formaliza as indicações para composição da CT de Conflitos Socioambientais e Regularização Fundiária: indicação da SEDE-MG, Amanda Pinheiro Campo e Patrícia Cristina Coelho, suplente. Do IEF, Letícia Horta e Elaine Cristina Amaral Bessa. Da SEMAD-MG, Ana Carolina Andrino de Melo, Felipe Costa Nahu. Érika Martins, representando a SEDESE-MG.](#) **Gustavo de Oliveira** relatou seu trabalho de sistematizar informações sobre conflitos envolvendo comunidades tradicionais registradas nas atas da Comissão desde 2016. O objetivo do levantamento é consolidar a memória institucional, muitas vezes dispersa nas atas, e criar um mapa abrangendo os conflitos identificados entre 2016 e 2024. **João Pio** destacou que é importante registrar também os conflitos fundiários que foram encaminhados para as Mesas de Diálogo em MG. **Gustavo de Oliveira** explicou que o objetivo de manter as informações atualizadas é acompanhar o andamento dos conflitos. Ele destacou que, ao criar um mapa dos conflitos, observou que 9 dos 32 parques estaduais de MG estão em algum tipo de conflito. Também mencionou que o norte de Minas, o Vale do Jequitinhonha e Mucuri estão mais afetados, e que é necessário criar documentação para registrar os conflitos por município, como forma de monitoramento eficaz. **João Pio** acrescenta que as bases de dados são do INCRA e FUNAI. **Gustavo de Oliveira** apresentou o mapa mais atualizado, que inclui informações sobre os carroceiros e o Rodoanel na região metropolitana. Ele mencionou que, no futuro, a intenção é cruzar essas informações com dados de INCRA, FUNAI e ICMBio para entender melhor os conflitos e verificar se há sobreposição nas informações. Ele destacou que a expectativa é que, apesar do aumento dos conflitos, as ações da Comissão e da Câmara possam contribuir para a resolução em um curto espaço de tempo. **Breno Trindade** comentou sobre o trabalho do IEPHA na análise de impactos no patrimônio cultural em MG, destacando a falta de dados organizados sobre os povos tradicionais no estado. Ele também apontou que muitos conflitos, ainda não identificados, precisam ser qualificados, e que avaliar as características desses conflitos são fundamentais para a reivindicação de identidade dos povos tradicionais, pois são gerados pela ameaça ao seu modo de vida. **Adjanir Silva** solicita informações sobre os terreiros e sua apresentação no Mapa de Conflitos. **João Pio** responde que a proposta é registrar detalhes dos conflitos, como local, data, registros de B.O, e processos judiciais, para que sejam direcionados aos órgãos competentes, como MPs e tribunais. A ideia é também criar um roteiro para as comunidades documentarem seus conflitos e garantir que esses dados cheguem à Comissão de maneira formalizada, facilitando a atuação em casos específicos, como o impacto de empreendimentos urbanos (como o Rodoanel) sobre os terreiros. **Flaner Fantoni - Mametu Indoloyá** expressa que para poder reivindicar

direitos e resolver conflitos, é necessário que o próprio povo de terreiro seja honesto e comprometido com as normas. A mensagem busca conscientizar sobre a importância da responsabilidade e do respeito mútuo dentro e fora das comunidades. **Clarindo Santos** destacou a importância de fortalecer a CT e trabalhar junto à Câmara de Certificação para dar respostas aos conflitos que afetam modos de vida tradicionais. **Aline Pacheco** destacou a importância de envolver atores como o Conselho Gestor do Programa de Proteção a Defensores de Direitos Humanos. Ela sugeriu que esse grupo poderia ajudar a identificar áreas de conflito que ainda não estão refletidas no mapa, trazendo à tona situações que só se tornam visíveis após o conflito ser estabelecido. **Breno Trindade** destacou que o grande desafio é qualificar os conflitos e que, para isso, a CT precisa do apoio de uma secretaria para centralizar as denúncias. **João Pio** mencionou a importância de visualizar os dados de forma acessível e dinâmica, permitindo que os membros da Comissão e outras partes interessadas consigam consultar informações sobre conflitos em tempo real, em diferentes regiões. Ele destacou a necessidade de proteger o sigilo de algumas informações, especialmente sobre lideranças, e sugeriu criar um mapa interativo que possa ser acessado por membros da Comissão e pela comunidade. **Breno Trindade** propõe à Comissão a deliberação, por votação, sobre a formalização de uma estrutura para captação de denúncias. Ele sugere que essa estrutura inclua informações como o nome da comunidade ou segmento identitário, a região, o relato do conflito, a data aproximada, registros de boletins de ocorrência, números de processos judiciais e ações do Ministério Público. **Emmanuel Almada** sugere discutir se o instrumento seria levado às comunidades ou utilizado diretamente no Secretariado, além de pensar em formas de facilitar o acesso, como um formulário online. **Marilei Alves** solicita apoio pois enfrenta dificuldades devido à falta de saneamento básico e à ausência de regularização fundiária, pois está em zona rural sob jurisdição federal (DNIT). Apesar de diálogos com o prefeito e visitas ao DNIT e à ANTT, a situação permanece sem solução. A comunidade venceu um projeto para instalação de banheiros públicos, mas não pode implementá-lo devido à falta de escritura. **Rosana Santos** informa sobre o surgimento de comissões de solução de conflitos fundiários nas Justiças Estadual (2022) e Federal (2023), que atuam com visitas técnicas a comunidades em situações de conflitos territoriais e ambientais, como em Ilha da Capivara e Caraíbas, localizada em Pedra de Maria da Cruz e Bom Jardim da Prata, no rio São Francisco. Essas comissões, compostas por desembargadores e juízes, buscam conciliar soluções antes da execução de reintegrações de posse, uma ameaça grave para comunidades tradicionais, especialmente quilombolas. Ela sugere que a CEPCT-MG envie ofícios ao TRF-6 e ao TJMG solicitando participação nas visitas técnicas, ampliando o apoio às comunidades e abordando outras vulnerabilidades, como falta de saneamento básico e luz. **Maria de Fátima Alves** relata duas situações envolvendo comunidades quilombolas em MG. Ambas possuem reconhecimento como patrimônio imaterial pelo IEPHA e certificação da Fundação Palmares e FAO, mas enfrentam novos conflitos. Um dos territórios está sobreposto por um parque estadual, cuja área foi desocupada pelo IEF e agora sofre com grilagem. O outro território enfrenta impactos de uma mineradora, afetando água e a estrada. Ressalta a contradição de o governo emitir um Decreto sobre CLPI sem consultar a principal instância representativa dos PCTs, considerando isso uma grave violação de direitos. **Cléver Machado** solicita votação se todos estão de acordo com a proposta da CT. [Não havendo ninguém contrário, considera aprovada a proposta.](#) Traz o último ponto de pauta, trazido por **Ivanilde Salomé**, sobre a situação das comunidades Córrego dos Narciso e Quilombo dos Nogueiras. Solicita-se que sejam tratadas na CT de Conflitos Socioambientais e Regularização Fundiária e que as comunidades sejam visitadas. Ademais, lembra da situação do conflito com a Comunidade Quilombola Baú. Ivanilde destaca a grave falta de acesso à água em várias comunidades quilombolas, como Moinho Velho, Ivo, São Pedro do Suassuí e Senhora do Porto, e reforça que é dever do Estado garantir esse serviço básico. [Ela solicita um retorno sobre essas situações na próxima reunião.](#) Além disso, propõe uma moção de repúdio ao governador, à SEINFRA e à SEDESE devido ao Decreto 48.893/2024, que considera uma estratégia de desmonte dos direitos das comunidades tradicionais. Traz críticas ao racismo institucional e a desarticulação intencional dos representantes quilombolas, alertando para os impactos de políticas que favorecem interesses externos, como mineradoras, em detrimento dos povos tradicionais. Por fim, pede deliberação imediata sobre a moção. **Cléver Machado** coloca em votação a moção de repúdio proposta por Ivanilde, que foi aprovada pelo Pleno, com uma abstenção. **Ivanilde Salomé** acrescenta a importância de incluir a questão do Rodoanel na Moção de Repúdio. **João Pio** informa que a CT de Conflitos Socioambientais e Regularização Fundiária elaborou um documento sobre o impacto do Rodoanel PCTs, recomendando que a CEPCT-MG realize uma reunião com as lideranças afetadas. Menciona a existência de uma Ação Civil Pública de 2022, relacionada à falta de CLPI, que está em julgamento, e destaca a importância de o Estado cumprir seu papel, conforme a

Convenção 169 da OIT. **Ruberval Matos** solicita informações ao Governo de Minas em relação à regularização fundiária da Aldeia Geru Tucunã e quais as medidas adotadas quanto aos conflitos existentes. **Rosana Santos** solicita incluir a respeito da Comunidade Quilombola de Lapinha também. **Requerimento aprovado.** Ivanilde Salomé solicita reunião com as lideranças a respeito da situação do Rodoanel. **Requerimento aprovado.** **Gabriela Brito** sugere que a moção de repúdio seja feita por meio de construção coletiva dos membros, com assinatura de todos. **Cléver Machado** sugere a inclusão de documento na nuvem para que todos consigam contribuir. **Rosana Santos** traz o informe que o Incra conseguiu publicar dois RTIDs: comunidade quilombola de Mato do Tição, em Jaboticatubas, e a comunidade de Cercado, em Paracatu. Espera-se conseguir publicar quatro RTDIs em 2025. **Decidida pelo Pleno a próxima Plenária Ordinária: 13 de março de 2025.**

Gabriela de Brito Santos
Secretaria Executiva

**Comissão Estadual para o Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais -
CEPCT-MG**

Cléver Alves Machado
Presidente

**Comissão Estadual para o Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais -
CEPCT-MG**

Referência: Processo nº 1480.01.0010896/2023-76

SEI nº 110898993